"AQUI, ONDE CAVAR ACHA POTE": PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NOS QUINTAIS DOS MORADORES DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ-PI E SEUS USOS E SIGNIFICADOS NO PRESENTE

Géssika Sousa Macêdo[1]
Leandro Elias Canaan Mageste[2]

Resumo: Apresentamos no artigo os resultados parciais de pesquisa que tem como objetivo problematizar as narrativas científicas e tradicionais a respeito do patrimônio arqueológico da comunidade de São Braz do Piauí-Pi, visando contribuir para questões relacionadas com a sua gestão, preservação e fruição no seio da sociedade contemporânea. De acordo com as provocações suscitadas pelo campo da Arqueologia Pública, buscamos desenvolver ações envolvendo o patrimônio arqueológico do Sítio São Braz, localizado no centro da cidade, especificamente, nos quintais dos moradores. Em termos práticos, realizamos o mapeamento de alguns sítios e ocorrências arqueológicas em espaços privados já registrados, explorando as percepções sobre os achados e as práticas arqueológicas. O exercício foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos e observação etnográfica. Nesse sentido, a relevância desse estudo fundou-se nas possibilidades de evidenciar relações e construções sociais que constituem os cenários de inserção do registro arqueológico no presente. **Palavras-chaves:** Arqueologia Pública. Comunidade. São Braz do Piauí.

Abstract: We present in the article the partial results of research that aims to problematize the scientific and traditional narratives about the archaeological heritage of the community of São Braz do Piauí-Pi, aiming to contribute to issues related to its management, preservation and fruition within society contemporary. According to the provocations raised by the field of Public Archeology, we seek to develop actions involving the archaeological heritage of Sítio São Braz, located in the center of the city, specifically, in the backyards of the residents. In practical terms, we carry out the mapping of some archaeological sites and occurrences in private spaces already registered, exploring the perceptions about the archaeological findings and practices. In this sense, the relevance of this study was based on the possibilities of evidencing relationships and social constructions that constitute the scenarios of insertion of the archaeological record in the present. **Keywords**: Public Archeology. Community. São Braz do Piauí.

[1] Mestranda do Programa Pós-Graduação em Arqueologia-PPArque. Universidade Federal do Vale do São Francisco-Univasf. E-mail: macedo.arqueo@gmail.com
[2] Docente, Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial/ Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Univasf e Pesquisadora da Fundação Museu do Homem Americano-Fumdham. E-mail: gdfelice@yahoo.com.br

Introdução

Nesse artigo, buscaremos apresentar e discutir os resultados das ações desenvolvidas no município de São Braz do Piauí desde o ano de 2017, por meio da atuação da equipe do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Para este momento, temos como foco de interesse a reflexão sobre a percepção comunitária da cultura material do Sítio São Braz, localizado onde é hoje o centro da cidade, incluindo as casas e quintais dos moradores. Essa abrangência do sítio tornou-se o ponto de partida para que refletíssemos sobre conflitos e acordos de natureza social, política e ética que giram entorno do patrimônio arqueológico. Tais aspectos são evidenciados nas narrativas científicas elaboradas ao longo dos anos pelas pesquisadoras (es) que devassaram a área; e também nos usos e significados contemporâneos atribuídos à esta materialidade pela população que mora atualmente dentro do sítio.

Devemos alertar que as investigações que realizamos em torno desses direcionamentos são resultado da interface de questões afetivas que permearam a história de vida da primeira autora, com a trajetória que construímos conjuntamente no curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, especificamente, dentro das atividades do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Lapa/Univasf) e, posteriormente, na turma de Pós-graduação em Arqueologia da mesma universidade. Parte dos contextos e narrativas que acessamos se revelaram de maneira particular principalmente para a primeira autora, moradora de São Braz do Piauí e diretamente marcada emocionalmente pelas movimentações que envolviam os sítios arqueológicos locais e o trabalho dos arqueólogos. No caso do segundo autor, a experiência em investigações similares em outros contextos da região, como é o caso de Lagoa de São Vítor, aliada a sua inserção como docente do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial e coordenador do Lapa/Univasf, forneceram estímulos para a realização de deslocamentos teóricos e metodológicos por um lado; e para a tentativa de construir relações de parceria entre universidade e comunidade por outro. Essa conjuntura explicita no momento, o *nosso lugar de fala.* De acordo com filosofa, ativista e escritora feminista Djamila Ribeiro (2017), considerar o *lugar de fala* representa uma ruptura com o pensar hegemônico, ao comunicar narrativas sob diferentes pontos de vista, considerando as subjetividades que permeiam as interpretações do mundo.

Desse modo, nossas trajetórias somaram-se durante a imersão no contexto de São Braz do Piauí. Para fins de contextualização, a cidade está localizada no Sudeste do estado do Piauí, entre os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, compondo o Corredor Ecológico (Figura 1), área de preservação ambiental reconhecida pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 76/2005. Em linhas gerais, trata-se de uma pequena cidade com cerca de 4 mil habitantes, cuja maioria de seus habitantes encontra-se distribuída na zona rural do município. A partir da década de 1970, a localidade despertou interesse científico, principalmente por conta das notícias frequentes de achados de materiais arqueológicos realizados pela população local, geralmente durante a construção de cisternas, fossas e casas. Foi exatamente no centro da cidade em aconteceu a maioria dessas ocorrências, caracterizadas por urnas funerárias parcialmente ou totalmente inteiras, fragmentos cerâmicos, material lítico e vestígios ósseos. A profusão desses achados permitiu a delimitação e estudo do Sítio São Braz, mesmo nome da cidade, pela pesquisadora Silvia Maranca (1974), por meio da Missão Francesa e posteriormente Fundação Museu do Homem Americano (Fumdham).

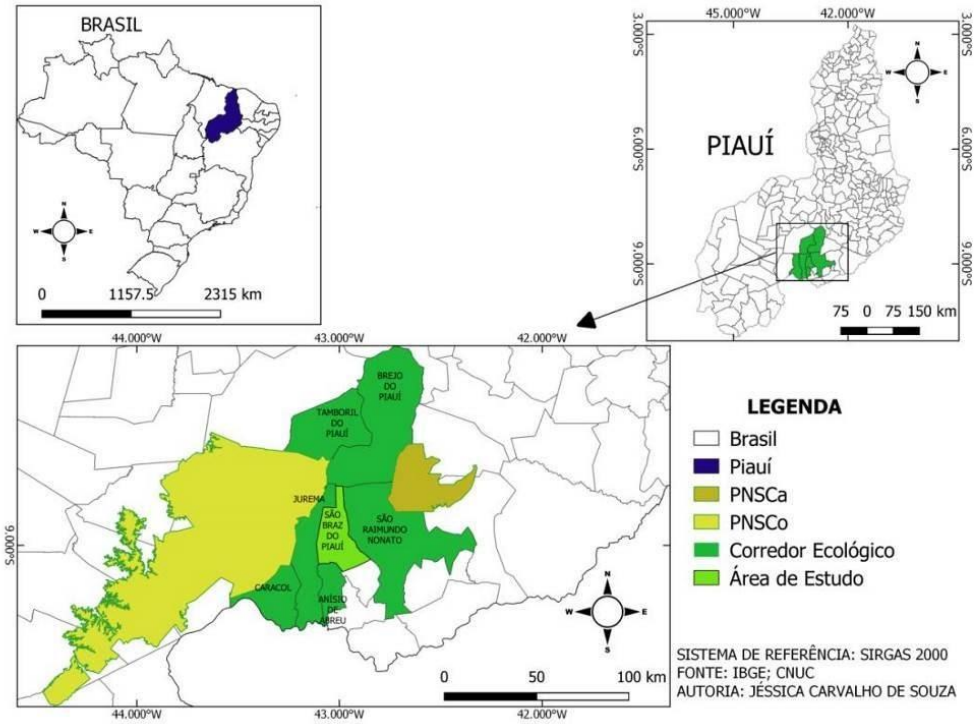

Figura 1: Corredor Ecológico. Fonte: IBGE, CNUC.

As notícias de evidências de urnas funerárias aumentaram conforme o crescimento do povoado que, com a emancipação política[3], se tornou o centro da cidade (Figura 2 a 5). Com a intensificação das pesquisas arqueológicas no Sudeste do Piauí, em 1979 foi instalado o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), com a finalidade de preservar o meio ambiente e a grande quantidade de sítios arqueológicos identificados na região - utensílios, fogueiras, sepulturas, cerâmicas, gravuras e pinturas rupestres. De modo correlato, São Braz do Piauí foi incluído nesse programa de pesquisas, sendo alvo de interesse de pesquisadoras (es) relacionados naquele momento com a Fumdham ou Universidade Federal de Pernambuco: Maranca (1974, 1985, 1991), Oliveira & Castro (1997), Oliveira (2000, 2003), Guidon et al (2007, 2009), só para citar alguns exemplos. Tais estudos permitiram a identificação e problematização de sítios com enterramentos e padrões de grafismos rupestres, além de caracterizações de cerâmica e lítico.

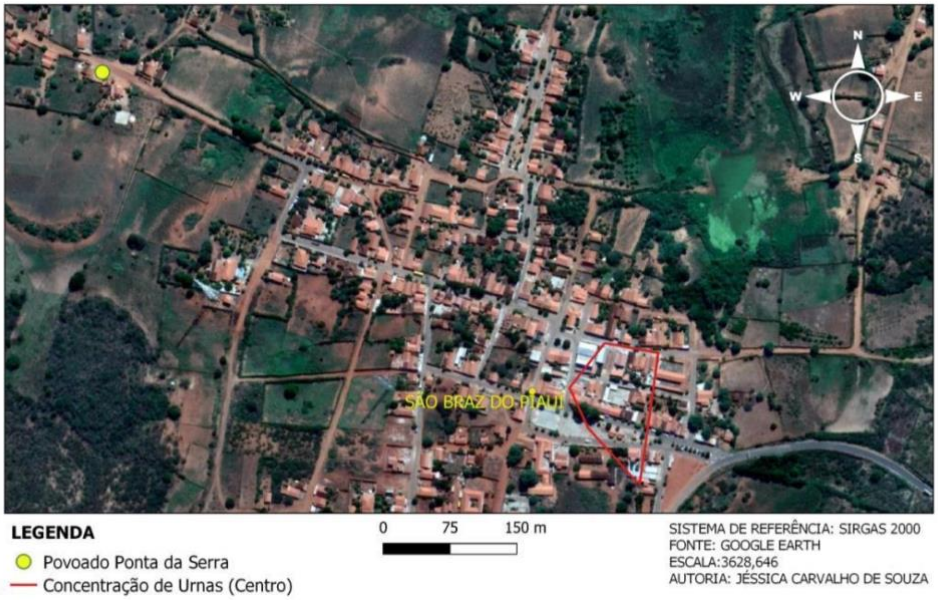

Figura 2: Ocorrências de urnas Funerárias no sítio São Braz. São Braz do Piauí. Fonte: Google Earth.

[3] Até a sua emancipação em 1992, São Braz do Piauí era vinculado aos municípios de São Raimundo Nonato e Anísio de Abreu na categoria de povoado. O município passou por dois processos de emancipação. Em 1962 houve a primeira tentativa, que foi frustrada. Em 1989, foi desmembrado das cidades vizinhas e elevado à categoria de município, no entanto, sua emancipação somente foi oficializada em 29 de abril de 1992, de acordo com o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 3: Local de ocorrência de urna funerária em São Braz do Piauí, Praça José Gregório, no centro. Fonte: Felipe Ferreira, 2017

Figura 4: Local de ocorrência de urna funerária em São Braz do Piauí, Rua Dionísio Pereira da Silva, no centro. Fonte: Felipe Ferreira, 2017

Figura 5: Local de ocorrência de urna funerária em São Braz do Piauí, Rua José S. da Costa, no centro. Fonte: Felipe Ferreira, 2017

Essas pesquisas serviram não somente para fornecer os dados científicos iniciais sobre os contextos pré-coloniais da região, mas também para despertar a curiosidade da população local em relação aos profissionais que aportavam na cidade para realizar escavações e salvamentos minuciosos. Em 2004, a implantação da Universidade Federal do Vale do São Francisco em São Raimundo Nonato-PI, e consequentemente a criação do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, constituiu uma via de acesso para a profissionalização de jovens da região, o que propiciou o incremento de estudos relacionadas ao potencial arqueológico regional. No caso de São Braz do Piauí, diversos estudantes influenciados de formas particulares pelo contato com os arqueólogos e suas práticas, ingressaram na Univasf e optaram por pesquisar os seus contextos de origem.

Assim, os painéis de registros rupestres dos sítios Toca da Lagoa de Cima IX, Toca do Deitado, Toca Roça do Dalton, Toca da Lagoa de Cima I, Toca da Casa de Pedra e Toca do Agreste, foram estudados por Soares (2010) e Santos (2012), que identificaram em suas pesquisas padrões gráficos e tradições culturais, relacionados com o conjunto de dados gerados para o PNSC. Viera Jr. (2014), faz contribuições para a zooarqueologia com a análise dos restos faunísticos do Sítio Toca do Dalton II. Macêdo (2015) propõe uma análise espacial da ocupação pré-histórica do município. As urnas funerárias do Sítio São Braz (Figura 6 e 7) retiradas nos quintais dos moradores também foram objetos de pesquisa. Duas delas[4] fizeram parte da análise de Oliveira (2010), na qual aborda morfologia e decoração das urnas funerárias da região do PNSC. Por fim, com uma análise mais detalhada dos enterramentos, Freitas (2018) propõe uma caracterização das práticas funerárias do mesmo sítio.

Em síntese, o conjunto de estudos apresentado, desvela uma variedade de contextos arqueológicos expressos por uma diversidade de vestígios e espaços, com datações que indicam que a área foi densamente ocupada na longa duração. Particularmente sobre os contextos pré-coloniais – que protagonizam a maioria das pesquisas realizadas, as datações obtidas para os sítios tipo abrigos sob rocha com registros rupestres apontam para ocupações de 8000 anos BP. Para as urnas funerárias evidenciadas em sítios a céu aberto, as datações variam de 500 a 800

[4] Estas urnas foram retiradas da casa de moradores do centro da cidade, Humberto e José Hilário, em momentos em que os moradores construíam fossas ou cisternas e fazem parte do acervo do Museu do Homem Americano.

anos BP (Macêdo, 2015). Tais marcadores temporais foram problematizados e relacionados com os interesses das pesquisas realizadas na região, as quais tiveram como foco o estudo de sítios inseridos em cronologias bastante recuadas. De fato, a ênfase permitiu a constituição de um território arqueológico com relevância crucial para resolução de problemas de interesse internacional, como é o caso da ocupação humana das Américas.

Figura 6: Acervo Museu do Homem Americano. Fonte: Jéssica Carvalho, 2017

Figura 7: Acervo Museu do Homem Americano. Fonte: Jessica Carvalho, 2017

Por outro lado, permaneceu em aberto as possibilidades de explorar contextos arqueológicos mais recentes ou mesmo as suas conexões com outras narrativas, construídas em contexto comunitário. Afinal, quando pensamos em São Braz do Piauí, nos referimos a um local onde as pessoas moram dentro de um denso sítio arqueológico, sendo por isso mesmo as principais autoras dos achados. Se as vocações científicas desses materiais para inferir aspectos do passado são presentes nos estudos mencionados, ainda permanece como nota de rodapé a inserção desse passado no presente. Parte dessa empreitada vem sendo assumida pelos estudantes oriundos de São Braz do Piauí, geralmente motivados por seus afetos, na realização de suas monografias de conclusão de curso na Univasf. Nessa perspectiva, mencionamos o trabalho de Souza (2019) sobre os lugares de memória, investigados a partir das lembranças e espaços conectados com a história e o patrimônio local. Por sua vez, Santos (2019) voltou o seu olhar para as narrativas populares referentes a presença indígena na região. Finalmente, em conexão com a Arqueologia Histórica, destacamos a pesquisa de Santos (2020), que buscou contextualizar arqueologicamente o Engenho de Cana-de-açúcar do Sr. Abílio Ferreira, que funcionou na década de 1960.

Para o momento, separamos para discussão algumas reflexões narrativas relatadas pelas (os) moradoras (os) a respeito dos achados e da arqueologia praticada na região. Os trabalhos buscaram entrever as relações afetivas concernentes ao material que foi retirado dos espaços íntimos dos moradores e que compõe atualmente o acervo do Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato-PI (Macêdo et al 2017, 2018, 2019). Reconhecemos a necessidade de ampliar as referências sobre os contextos arqueológicos locais, para incorporar uma parte da história desses vestígios que até então não constitui objetivo de pesquisa*: que são os significados atribuídos a esses bens no presente e suas conexões com a vida cotidiana*. Ao nosso ver, a abordagem apresenta o potencial de multivocalizar a disciplina e consequentemente, democratizar a noção de patrimônio arqueológico, de modo a incorporar outras práticas e discursos.

Nesse exercício, buscamos inspirações teóricas nas provocações do pensamento de-colonial latino-americano (Ballestrin, 2013; Miglievich-Ribeiro,2014) para incorporar as interpretações populares atribuidas pelos moradores aos objetos de interesse arqueológico e entender o nosso *lugar de fala* no tocante a produção de conhecimento. Focamos também nos vieses da Arqueologia Pública (Richardson & Almansa-Sánchez, 2015), ao pensar nos sentidos

arqueológicos das informações obtidas em contexto comunitário, construindo assim, uma "Arqueologia Pública de-colonial".

Arqueologia Pública Decolonial: Aspectos Teóricos e Metodológicos

Ao nosso ver, o movimento de pensar em patrimônio e arqueologia sob outras perspectivas é compatível com as preocupações da *crítica pós-colonial,* a partir da América Latina. Trata-se do esforço de produzir uma arqueologia conectada com interesses afetivos e comprometida com a democratização dos processos de produção de conhecimento.

O termo refere-se à persistência de dominação em diferentes instâncias e para entendê-lo, precisamos considerar primeiramente a civilização moderna como desdobramento de uma construção colonialista, eurocêntrica e racista. É sabido, portanto, que o empreendimento colonial norteou a constituição da Ciência Moderna, marcada pelo racionalismo empírico do Iluminismo dos séculos XVII-XVIII e que atuou como uma forte arma para a dizimação de povos e manutenção de posse de territórios, como foi o caso da exploração das Américas. Trata-se do processo histórico que determinou o eurocentrismo como a perspectiva desejável para encarar o mundo:

> A elaboracão intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o carater do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem duvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005:9 apud Ballestrin, 2013:103-104)

O paradigma hegemônico colonial/moderno exposto por Anibal Quijano aponta para questões que embasaram a crítica pós-colonial de autores como Albert Memmi (1977), Spivak (1985) Edward Said (2007), Aimé Cèsaire (2010) e Frantz Fanon (2010), os quais têm suas obras consideradas fundantes do chamado "movimento pós-colonial" da segunda metade século XX.

De maneira geral, problematizam as consequências do processo histórico de colonização expandido pela Europa e também na construção da Ciência Moderna. A crítica refere-se a movimentos sociais e intelectuais de articulação das vozes subalternas em busca da condição de sujeitos da sua própria história (Miglievich-Ribeiro, 2014).

Na América Latina, um esforço mais sistematizado de reflexões sobre essa temática foi conduzido pelo *Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)*, constituído no final dos anos 1990. Intelectuias latino-americanos inspiraram-se nas discussões do *Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia*, que atuava desde a década de 1970, e reinvindicaram a especificidade da realidade latino-americana. De acordo com Miglievich-Ribeiro (2014), Walter Mignolo e Aníbal Quijano, expoentes do grupo, redirecionaram a crítica pós-colonial, identificando a Colonialidade como o lado obscuro e necessário da Modernidade, sua parte intrinsecamente constitutiva. Ela é global e se reproduz em uma tripla dimensão de dominação: a do Poder, do Saber e do Ser. Ou seja, a Colonialidade é entendida aqui como a continuação do colonialismo por meio outros meios, como a opressão de gênero, raça e etnia (Ballestrin, 2013).

A utilização da expressão "decolonização" – com ou sem hífen – e não "descolonização" nos trabalhos produzidos pelo grupo, refere-se à sugestão feita por Catherine Walsh. A supressão da letra "s" marcaria a distinção entre o projeto do Grupo Modernidade/Colonialidade, da ideia histórica de descolonização, via libertacão nacional durante a Guerra Fria (Ballestrin, 2013:108). Assim, em contexto latino-americano, desenvolve-se a ideia de "giro decolonial", entendido como:

> (...) um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Para Mignolo, 'a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade já é o pensamento de-colonial em marcha' (Mignolo, 2008: 249)" (Ballestrin, 2013:105).

Isto posto, concordamos com Walter Mignolo (2008:243), quando afirma que "(...) na história do mundo escrita por europeus, corresponde à experiência européia e não à sensibilidade e

experiências de todo o mundo" (Tradução dos autores)[5]. Portanto, o conceito de "giro decolonial" é o que justifica a nossa postura nesta pesquisa, especificamente a relevância conferida a biografia da primeira autora. Pois, o olhar construído a partir de suas experiências possibilita o acesso e análise de categoria como *arqueologia* e *patrimônio arqueológico* sob outras perspectivas, sempre atentos para articulação de epistemologias e ontologias alternativas.

De fato, os estudos de-coloniais levantam questionamentos que denunciam o colonialismo na construção do conhecimento. Estas percepções configuram o conceito de *violência epistêmica,* que por sua vez, retrata que as condutas que envolvem a produção de saberes assentam-se na dicotomia entre "colonizador" e "colonizado", onde o primeiro está posicionado hierarquicamente acima do segundo, principalmente devido a sua origem eurocêntrica. Conforme Tirado (2009:173), o conceito:

> (...) constitui uma série de discursos sistemáticos, regulares e repetidos que não toleram epistemologias alternativas e buscam negar a alteridade e a subjetividade dos Outros de uma maneira que perpetua a opressão de seus conhecimentos e justifica sua dominação (Tradução dos autores)[6].

Em consequência dessa relação antagônica, os discursos oficiais para os Estados-nações, formulados a partir de pesquisas antropológicas, históricas e arqueológicas, excluem a identidade dos povos subordinados à colonização. Na América Latina, tal postura contribuiu para a alienação de histórias nativas, cortando as ligações entre as sociedades indígenas contemporâneas e os referentes materiais que o conhecimento especializado agrupou sob o nome de 'registo arqueológico' (Gnecoo, 2009). Na conjuntura, a adoção de um esquema universal na organização do mundo fundamentou a definição de sociedades passadas com base "(...) em contraste com as do presente, construindo discursos de alteridade onde o "nós" era representado pela sociedade da Europa Ocidental" (Sarleno, 2012:195. Tradução dos autores)[7].

---

[5] "(...) en la historia del mundo escrita por europeos, las cuales responden a la sensibilida y experiencia Europea y no a la sensibilidad y experiencias de todo el mundo" (Walter Mignolo, 2008:243).
[6] "Constituye una serie de discursos sistemáticos, regulares y repetidos que no toleran las epistemologías alternativas y pretenden negar la alteridad y subjetividad de los Otros de una forma que perpetúa la opresión de sus saberes y justifica su dominación" (Tirado, 2009: 173).
[7] "(...) en contraposición con las del presente, construyendo discursos de alteridad donde el "nosotros" estaba representado por la sociedad europea occidental" (Salerno, 2012: 195).

No Brasil, esses discursos ainda hoje são constantemente refletidos e incorporados por instituições científicas e educacionais (Lima, 2007). Particularmente para a nossa realidade, podem ser detectados, por um lado, na ênfase conferida às narrativas que postulam o extermínio completo de grupos indígenas no século XIX e o seu completo desparecimento no século seguinte (Oliveira, 2007). São intepretações que podem acabar desconsiderando as formas como essas populações poderiam ser camufladas/invisibilizadas nas fontes históricas. Por outro lado, em contexto comunitário, abundam relatos sobre locais de morada, batalhas e acampamentos, de encontros fortuitos ou imaginários com os indígenas que habitavam as serras e que são reconhecidos nas memórias dos moradores mais antigos. Afinal, em São Braz do Piauí, "todo mundo é meio índio" (José Hilário de Souza, 2019). Especificamente pra a primeira autora, pensar em de-colonização envolve o deixar de ser o Outro para se tornar protagonista do entendimento do mundo a partir de um olhar específico.

Com base nas reflexões trazidas por Rocha (2017), concordamos que o investimento no pensamento de-colonial constitui um caminho promissor e inclusivo para (re) pensar as formas como a Arqueologia é articulada e praticada. Isto ao fomentar o rompimento com alguns paradigmas tradicionais da disciplina, como aquele que determina a existência de um pesquisador objetivo e distanciado de seu objeto de estudo; ou mesmo divisões muito rígidas entre presente e passado. Buscamos, portanto, dentro da disciplina, abordagens engajadas em refletir sobre as práticas arqueológicas e aberta para incorporar outros discursos e narrativas, como estratégia de suplantação de *violência epistêmica.*

Nessa interface, se mostrou bastante promissora para concretização de nossos objetivos o envolvimento com o campo da Arqueologia Pública. Historicamente, o termo foi cunhado por McGimsey (1971) na obra "Public Archaeology", dedicada em refletir sobre a acelerada destruição de sítios arqueológicos e a necessidade de preservação a nos trabalhos de arqueologia no Estados Unidos. No final da década de 1990, a abordagem foi catalisada pelos debates teóricos da Arqueologia pós-processual, incorporando a ideia de multivocalidade, ou seja, a necessidade de abrir a disciplina para múltiplas vozes (Hodder, 2003).

Mesmo não sendo uma expressão criada em contexto latino-americano, articula-se com o movimento de-colonial por conta do estimulo conferido a democratização das ciências em diferentes aspectos tais como a comunicação, atuação de profissionais, intepretação,

interpretação de evidências, entre outros (Benevides, 2011). Concordamos com Salerno (2012:197), ao reconhecer que "diferentes contextos históricos não envolvem apenas sentidos variados de público, mas também critérios diferentes para definição de problemas e formas de resolvê-los" (tradução dos autores)[8]. Entre uma diversidade de possibilidades, para os propósitos dessa pesquisa, entendemos que:

> Arqueologia Pública pode ser definida ao mesmo tempo como prática disciplinar e posição teórica, que pode ser exercida através da democratização da comunicação arqueológica, atividade ou administração, através da comunicação com o público, envolvimento do público ou preservação e administração de recursos arqueológicos para benefício público por organizações voluntárias ou estatutárias (Richardson & Almansa-Sánchez, 2015:194. Tradução dos autores)[9].

De modo geral, a Arqueologia Pública caracteriza-se por metodologias de pesquisa que possibilitam diferentes interpretações sobre os registros arqueológicos do passado, para além da interpretação científica (autorizada pelo Estado). A abordagem devota atenção também para as comunidades envolventes, para as interpretações e narrativas não oficiais. Nesse sentido, parte-se do reconhecimento que o público que a Arqueologia congrega é variado, incluindo agências governamentais, políticos, outros pesquisadores e diferentes comunidades (Mageste et al, 2018).

No Brasil, por exemplo, a Arqueologia Pública vem sendo aplicada na abordagem de contextos variados. Podemos citar como exemplo, os trabalhos expressivos de Bezerra (2003) e Silva (2015). As autoras destacam a preocupação de entender a relação entre o público e patrimônio em uma perspectiva multivocal, considerando o impacto que o discurso acadêmico gera na população local e os usos e significados atribuídos aos sítios arqueológicos. Especificamente para a região de nosso interesse, existem pesquisas executadas sob o viés da Arqueologia Pública, atentas para o caráter plural e ao mesmo tempo específico, das realidades onde foram desenvolvidas. Para contexto do Território Serra da Capivara, temos o trabalho de Ribeiro

[8] "Los diferentes contextos históricos no sólo conllevan diversos sentidos de lo público, sino también disímiles criterios para la definición de problemas y modos de resolverlos" (Salerno, 2012:197).
[9] "Public archaeology can be defined as both a disciplinary practice and a theoretical position, which can be exercised through the democratization of archaeological communication, activity or administration, through communication with the public, involvement of the public or the preservation and administration of archaeological resources for public benefit by voluntary or statutory organizations" (Richardson & Almansa-Sánchez, 2015:194)

(2013), que buscou compreender as relações sociais entre o PNSC e a população do entorno. Vieira (2017), desenvolveu um amplo projeto de Arqueologia Pública, pautado em trabalhos de campo colaborativos, junto a comunidade de São Vítor, integrante do Território Quilombola de Lagoas, no Sudeste do Piauí. Por sua vez, Oliveira (2015) apresentou as memórias da comunidade do Zabelê, que habitava antigamente as áreas que hoje compõem o PNSC.

Considerando esses trabalhos, pensamos na Arqueologia Pública em um primeiro momento como uma estratégia adequada para construir práticas arqueológicas multivocais, buscando desse modo "(...) reconhecer, entender e identificar uma visão ampla de várias intepretações de materiais arqueológicos feitos por diferentes indivíduos e grupos sociais em vários contextos da sociedade contemporânea" (Richardson & Almansa-Sánchez, 2015:199. Tradução dos autores)[10]. Nessa abordagem, a definição de uma arqueologia que se importa somente com as coisas antigas de sociedades do passado, aos poucos vem cedendo espaço para vertentes que lidam também com a materialidade e sua relação com sociedades vivas. Seguindo o pensamento de González-Ruibal (2012:105), acreditamos que:

> Estudar o passado recente e o presente em si significa abordar questões que são mais relevantes para a sociedade e que facilitam a participação ativa do público, que sente que está lidando com coisas que lhes interessam diretamente" (González-Ruibal, 2012: 105. Tradução dos autores)[11].

Dessa forma, no desenvolvimento da pesquisa, percebemos que para construir uma arqueologia democrática, era preciso conhecer os significados das coisas do passado no presente e as visões construídas a respeito da própria Arqueologia em contexto comunitário. Isto nos instou a refletir a respeito de uma *Arqueologia Pública do Presente,* focada em desvendar como noções de arqueologias e patrimônios são operacionalizadas nos espaços domésticos contemporâneos. Nessa conjuntura, o termo comunidade não serve para informar sobre consenso ou para se referir a totalidade de moradores. Muito pelo contrário, serve para denominar o recorte estabelecido ao longo da pesquisa, determinado principalmente pelas relações de afeto e

[10] "(…) recognize, understand and acknowledge the broad view of the various interpretations of archaeological materials made by different social groups and individuals in various contexts of contemporary society" Richardson & Almansa-Sánchez, 2015:199).
[11] "Estudiar el pasado reciente y el presente mismo significa abordar cuestiones que son más relevantes para la sociedad y que facilitan la participación activa del público, que siente que se están tratando cosas que le conciernen diretamente" (González-Ruibal, 2012: 105).

identificação estabelecidas entre os autores e seus colaboradores. É sempre uma realidade parcial e oriunda das especificidades que regem os (des) encontros em campo (Smith & Waterton, 2009).

Em termos práticos, articulamos investigação e comunicação de maneira estratégica, visando uma imersão comunitária para dialogar sobre os objetivos da nossa pesquisa. Por meio de conversas com as lideranças da comunidade, realizamos a identificação das (os) moradoras (es) conhecidas (os) por encontrarem os sepultamentos em seus quintais. De modo transversal, aplicamos o método etnográfico (Rocha e Eckert, 2008)[12], que tem sido utilizado para evidenciar diferentes aspectos das relações estabelecidas entre as pessoas e o patrimônio arqueológico no presente. Na prática, por meio de imersão comunitária, realizamos entrevistas abertas com cerca de 30 colaboradores, cujas narrativas vêm sendo sistematizadas (Macêdo, 2019; Mageste, 2019). Paralelamente, estabelecemos vínculos com outros tipos de público, que participaram das oficinas de experimentação tecnológica; atividades nas escolas; exposições e outras estratégias de engajamento e comunicação (Macêdo, 2019). Nesse ponto, devemos considerar que a formatação desse percurso metodológico, foi balizada principalmente a partir do envolvimento afetivo da primeira autora com os seus interlocutores, conquistando desse modo o acesso as suas histórias, espaços e demandas.

Registro Arqueológico no Presente: Incursões Iniciais

Ao colocar o projeto em prática e pensar em alternativas cabíveis para São Braz do Piauí, nos questionamos sobre como iniciar diálogos sobre patrimônio arqueológico e Arqueologia e perceber a relação desses assuntos com a vida das pessoas. Para o segundo autor, esse objetivo se mostrou provocador, pois presumia um deslocamento prático, já que a empreitada não se baseia somente na divulgação de práticas arqueológicas para um determinado recorte comunitário, mas envolve o desafio de construir alguns sentidos colaborativamente. Já para a primeira autora, o esforço levou a mudança de percepção sobre o seu papel social na comunidade. Foi o momento para lidar com situações que a incomodava afetivamente e

[12] De acordo com Rocha e Eckert (2008), trata-se de um exercício de olhar e escutar, através da inserção do pesquisador em cenários de sociabilidade por meio dos quais a realidade se apresenta.

encontrar com pessoas que fazem parte de suas experiências de vida. Ao invés de comunicar conhecimentos especializados sobre Arqueologia e Patrimônio, dedicou-se em ouvir outras narrativas sobre os achados e constatar que as histórias que os colaboradores contavam, também eram sua história.

Inicialmente, ouvimos em nossas incursões de campo sobre o ano de 2016, época em que foram efetuados dois achados fortuitos de urnas funerárias, separados por um curto espaço de tempo e espaço e abordados por docentes e discentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf e pesquisadoras (es) da Fumdham. Os materiais foram encontrados por Eduardo dos Santos Paes Landim, morador que trabalha como ajudante de pedreiro e tem como principal função abrir fossas. Segundo ele, "a primeira urna ainda estava inteira, já a segunda urna estava quebrada. Na primeira foi encontrada o corpo de uma criança, já na segunda foi encontrada parte de uma mandíbula”, conforme aprendeu com equipe que fez a análise no laboratório da Fumdham.

Sobre o primeiro achado, apareceu durante a reforma de uma casa situada no centro da cidade. A ocorrência provocou dias de agitação, onde as notícias de que “mais um pote foi encontrado” fomentou a circulação de pessoas na garagem da proprietária que, a essa altura, já se encontrava impaciente com a demora para a retirada do objeto arqueológico. Os serviços de construção civil foram interrompidos por dois dias para a execução dos processos minuciosos de escavação. Ao final, o material retirado foi analisado em laboratório por Aline Freitas (2018). O segundo achado ocorreu poucos meses depois, na construção de um edifício próximo ao local do primeiro achado. O fato causou também uma movimentação incomum pelas ruas de São Braz do Piauí, já que as pessoas paravam para ir conferir o objeto e dar uma olhada nos trabalhos interventivos.

Nas duas situações, a escavação delicada, demorada e feita com pincéis chamou a atenção de quem estava acostumado a abrir um buraco utilizando uma picareta. As perguntas sobre o que havia dentro do pote sondavam as (os) pesquisadoras (es), sendo mais comum: “será que tem ouro aí?” Para outras pessoas, os achados só fortaleceram a percepção de que São Braz do Piauí encontra-se em cima de um cemitério de índio, levando-os a se questionarem se essa intrusão no espaço dos mortos não seria responsável por trazer algum tipo de azar para a cidade. De modo geral, podemos dizer que já estão acostumados em testemunhar a importância desses

vestígios para os estudiosos, que aparecem a décadas na localidade em busca desses materiais, manipulados com todo o cuidado mundo até serem transportados para outros lugares, quase sempre para o museu em São Raimundo Nonato.

Essas situações fazem parte das memórias da primeira autora, acostumada a testemunhar desde criança as escavações arqueológicas que aconteciam na casa de seus vizinhos ou mesmo na praça. Na época em que morou no centro de São Braz, foi vizinha da Dona Divina, a matriarca da família Cardoso que atualmente vive aos cuidados de sua filha mais nova. A casa da Dona Divina se tornou a "casa de vó" e o lugar em que passava as tardes conversando com ela, seus filhos e netos. Os filhos de Dona Divina, Eliana Cardoso e Humberto Cardoso, acompanharam a maior parte desses trabalhos, equalizando suas próprias opiniões sobre os materiais e os trabalhos que testemunharam.

Eliana sempre morou com a mãe e desde pequena presenciou os trabalhos de salvamento arqueológicos realizados em sua casa. Para ela, receber com satisfação as pessoas em sua residência é uma obrigação que herdou de seu falecido pai e que sempre fez questão de demonstrar. O quintal de sua casa (Figura 8), além de um lugar de memória de suas experiências de infância, também é o espaço onde se tem maior número de registros de materiais arqueológicos cadastradas pela Fumdham. De acordo com Humberto, foram localizadas ali quatro urnas. O senhor reside hoje nos fundos da casa de sua mãe Divina e ambos dividem o mesmo quintal. Beto, como é comumente conhecido, é professor de educação física da rede pública e atua também como treinador de futebol e futsal da região. Em conversas informais, tanto Beto quanto Eliana relatam que, naquele quintal "onde cavar acha pote".

Os irmãos se mostraram bastante receptivos quando explicamos as intenções de nosso trabalho. Percebemos que o assunto provocou uma certa empolgação. Humberto logo me chamou para ir ver o quintal (que também é o quintal de sua mãe). Pegamos cadeiras e sentamos próximo a porta da cozinha. No meio da conversa, ele me perguntou se queríamos fotografar, apontando para os locais que apareciam em sua narrativa: o alicerce da casa, a cisterna e o muro. De acordo com Beto, na sua adolescência, no momento em que acontecia a construção de uma cisterna (aponta o local), encontrou juntamente com seu pai (já falecido) uma urna funerária, acompanhada por machadinhas polidas e cerâmica. "Nesse quintal, onde cavar acha pote. Quando o pessoal está construindo aqui, eu já aviso: tem um tesouro aí". De acordo com ele, o

local foi escavado por pesquisadoras (es) da Fumdham. Relata que para além das urnas que foram levadas pela Fundação, outras também foram encontradas, porém, foram "jogadas fora" pela população local, devido a desconhecimento ou na maioria dos casos, temendo maiores transtornos. "As pessoas quebraram com intuito de encontrar ouro, alguns vendem, eu não vendo. Faço doação, pois, sei que tem mais gente que se interessa, se ficar aqui não vai me servir de nada”, diz ele.

Figura 8: Quintal da Casa da Dona Divina. Fonte: Acervo Lapa, 2019

Humberto se assume como um colecionador no passado, detentor de um acervo de machadinhas polidas compostas por achados fortuitos que realizou ao longo de sua vida. Essa coleção é hoje motivo de frustração. Beto afirma ter efetuado doação quando pesquisadores foram a sua procura para falar da importância desses materiais. Contudo, nunca mais teve acesso ao paradeiro desses vestígios. Não se recorda de qual instituição os estudiosos se vinculavam, mas afirma ter certeza de que não pertenciam a Fumdham. Hoje, mesmo reconhecendo a importância dos vestígios para São Braz do Piauí, se diz desanimado em fazer doações, temendo assédios pelo seu terreno por conta da alta densidade de vestígios arqueológicos.

A irmã de Humberto, Eliana, também indicou em nossos encontros os pontos nos quintais, concordando com o seu irmão com a retirada de quatro urnas. Isto despertou o interesse de

equipes de pesquisadores, que “geralmente, vinham em três carros e com todo o equipamento e ferramentas que iriam precisar para o trabalho, inclusive água e comida”. De acordo com ela, “eles passavam o dia todo trabalhando e não incomodavam com comida nem com água. Só pediam o espaço e silêncio, porque eles gostavam de trabalhar em silêncio. Quando era no final do dia, eles só apareciam para dizer que tinham terminado e para mostrar o que tinham encontrado", relata a moradora. Relembra o dia da retirada da maior urna de seu quintal "Eles quase não conseguiram carregar". Eliana sempre foi muito curiosa na infância e ao observar as escavações, aprendeu muito com as (os) pesquisadoras (os) e achava bonito o trabalho delicado. Explicou-me a diferença entre um pote de barro e de uma urna funerária. "Pote de barro é para armazenar coisas. Urna funerária tem um morto dentro". Ela cita que todo mundo na cidade comenta que dentro das urnas poderia existir ouro, mas se recorda que:

> Nas (urnas) que retiram daqui não encontraram não. Era um cara diferente, você via no sotaque dele que ele não era daqui. Perguntei se tinha ouro dentro, ele me disse: ouro não tem não, mas tem um tesouro aqui. Ele disse que iriam mandar para os Estados Unidos e eu respondi: mas de lá não volta! Ele respondeu: aí eu não posso contar. Nesse dia encontraram uma mão e um cabelo, acho que era de uma mulher... ele me disse que pode ser que sim. Aqui não era o lugar onde os índios viviam, mas o lugar onde eles enterravam os mortos, eles viviam em outro lugar" (Eliana Cardoso. São Braz do Piauí, 2018).

Com base no conjunto de entrevistas realizadas e experiências desenvolvidas (Macêdo, 2019), pudemos observar que os achados de materiais arqueológicos pela população envolvem diferentes destinações, considerando a natureza dos vestígios. Geralmente, os fragmentos cerâmicos e lascas líticas, de poucas dimensões, ficam dispersos pela superfície, não despertando maiores atenções enquanto sofrem com processos naturais de degradação. Em São Braz do Piauí, esses materiais são parte integrante da paisagem, despontando em diferentes locais (Figura 9). Para as urnas inteiras e parcialmente inteiras, bem como para materiais líticos mais vistosos, tais como machadinhas, pontas de flecha e de lança, percutores e batedores, a postura adotada costuma ser diferente. A situação mais recorrente é quando a (o) moradora (o) opta por informar às instituições de pesquisas regionais, - como é caso da Fumdham, o Escritório Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan/SRN e mais recentemente a Univasf. Em tais ocasiões, o material é resgatado por uma equipe de pesquisadoras (es) e, geralmente, são levados para a reserva técnica da Fumdham. Alguns dos

vestígios arqueológicos encontrados em situações desse tipo estão expostos no Museu do Homem Americano, a exemplo das urnas funerárias.

Figura 9: Local de concentração de material cerâmico e lítico. Fonte: Acervo Lapa, 2019

Porém, há relatos de ocasiões em que o aparecimento de urnas e peças líticas não seguem as expectativas do conhecimento especializado e dos discursos autorizados sobre o patrimônio arqueológico, fomentando outras formas de tratamento. Especificamente para as urnas, podem ser "jogadas fora" pelos moradores. De fato, um ponto em comum nas narrativas que evidenciamos na pesquisa é a crença de que os potes possuíam ouro dentro. Esse fato teria incentivado algumas pessoas, nunca identificadas, a quebrarem os materiais inteiros na esperança de enriquecer. A destruição de potes aparece também como resolução para aqueles que atestam que São Braz do Piauí seria amaldiçoada por se localizar em cima de um cemitério indígena. Nesse caso, a destruição ou o abandono dos artefatos seria uma consequência do medo de se envolver com os assuntos dos mortos. Finalmente, para aqueles particularmente desconfiados dos propósitos dos pesquisadores, livrar-se das urnas de maneira discreta é vista como uma resolução rápida para apaziguar inseguranças com a propriedade de suas terras, além de manter resguardado seus espaços íntimos (Macêdo, 2019). Devemos salientar que até o

momento, não aparecem notícias sobre reutilização das vasilhas no presente para outras funções, sendo a doação ou a destruição, os extremos por onde as decisões comunitárias perante os achados se articulam.

No que diz respeito aos instrumentos líticos, as posturas diferenciam-se para além da doação. Podem ser colecionados durante muitos anos e geralmente por motivos afetivos, estéticos ou mesmo espirituais. Assim, são peças que lembram a vida de antigamente, ativando memórias sobre parentes e amigos já falecidos e relacionados de alguma maneira com o achado. Ou então, chamam a atenção pela sua beleza e caráter exótico, expressa pelas formas, pela cor e textura que capturam os olhares. Podem ainda ser reconhecidas como "pedra de raio" ou "corisco". Nesse caso, a percepção de uma origem sobrenatural as torna um objeto de poder, carregado de sorte, devendo desse modo ser guardado. Finalmente, tais objetos podem ser reutilizados para outros fins, no presente. Em campo, foi comum por exemplo, observamos a recorrência de machadinhas utilizadas como aparador de portas de banheiro; e a utilização de um pilão arqueológico como pilão para macerar alho. Isto por conta da beleza, peso e funcionalidades das peças, que as tornariam adequada para compor o ambiente do espaço doméstico. Paralelamente, alimentam hipóteses sobre suas origens, ao passo em que são tratados como objetos afetivos (Figura 10).

Desse modo, podemos considerar que em São Braz do Piauí, as coisas arqueológicas não estão restritas somente ao um passado, sem vinculação com o presente. Muito pelo contrário, aparecem como dispositivos multitemporais, capazes de acomodar diferentes processos. São ao mesmo tempo, objetos indígenas - um reconhecimento explícito em todas nossas conversas - mas também objetos de memória, relacionados com biografias pessoais, que se tornam determinantes para o destino que será conferido aos materiais. Podem ser observados com fascínio e interesse, principalmente por aqueles envolvidos de alguma maneira com as pesquisas arqueológicas, mas podem ser motivo de frustração e incômodo. Entre a doação e a efetiva destruição, existe uma diversidade de posturas que podem ser adotadas para os diferentes tipos de vestígios, em muitos casos balizadas pelas experiências afetivas e resolução de impasses da vida cotidiana, quase sempre longe dos olhares autorizados. Ao perceber essa realidade, observamos que em contexto comunitário, a história de vida dos objetos ganha sentido não por conta de uma suposta autoria ou função tecnológica, mas pela sua capacidade de embaralhar

noções de passado, presente e futuro, ao mesmo tempo que o "Outro", produtor dos artefatos, se transforma em "Nós".

Figura 10: Artefato lítico guardado como objetivo afetivo por moradora de São Braz do Piauí. Fonte: Acervo Lapa, 2019

Considerações Finais

De modo geral, as narrativas tradicionais sobre o patrimônio arqueológico demonstraram aspectos silenciados nas narrativas oficiais, pois, "o discurso autorizado do patrimônio, preocupado principalmente com a preservação das narrativas por ele legitimadas, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, prefere normatizá-las", como propõe Bezerra (2017:14). É importante ressaltar que não se trata de negar uma perspectiva para ressaltar outra, mas sim abrir os horizontes interpretativos considerando os conflitos sociais, éticos e políticos que compõem os contextos de interesse arqueológico.

Considerando a realidade do Sitio São Braz, o espaço está inserido na lógica cotidiana de seus habitantes. Antes mesmo de acontecer os achados, os objetos arqueológicos existem como uma possibilidade de uma nova descoberta que pode acarretar o atraso da obra, na destruição/ocultação do artefato ou como, na maioria dos casos, a buscarem instituições de pesquisas como Iphan, Fundham e Univasf. Portanto, adentrar no contexto da comunidade que mora dentro de um sítio arqueológico demandou percepções mais sensíveis sobre a memória afetiva dos personagens entrevistados. Dessa forma, a proximidade com os narradores e a

familiaridade com o contexto estudado por parte da primeira autora, além de "facilitar" a entrada nos espaços privados, incentivou reflexões sobre a minha própria história, ao mesmo tempo que abriu novas searas para a pesquisa. Nesse caso, destacamos a necessidade de investigar mais profundamente as relações entre as peças arqueológicas encontradas pela população, com a construção de memórias sobre a ocupação indígena regional, foco de nossa dissertação de mestrado.

De fato, o cenário das pesquisas históricas, etno-histórica e arqueológicas para a região informa a respeito de populações indígenas cristalizadas no passado, vítima do processo de colonização. No entanto, os relatos orais em São Braz do Piauí, assim como em outros municípios da microrregião de São Raimundo Nonato, apontam para uma presença indígena bem mais recente (Assis, 2016). Estas narrativas aparecem em sua maioria ligadas a história de vida dessas pessoas, que parecem manifestar em alguns casos um certo senso de ancestralidade: é comum ouvirmos que algum membro da família como avós e bisavós eram indígenas que habitavam as serras da região. São histórias que não ecoam com mais volume nas narrativas científicas, mas que encontram-se entrelaçadas com as percepções dos moradores a respeito dos objetos arqueológicos.

Aparentemente, entre nossos colaboradores, não pairam dúvidas a respeito da origem indígena dos materiais que afloram pela superfície do município, por mais que essa não seja a única história ou o significado priorizado no contato com os artefatos. Em São Braz do Piauí, todo mundo é “meio caboclo”[13], logo algumas histórias são facilmente acessadas e com riqueza de detalhes: apontam para a localização de aldeias e acampamentos, associando-os a uma diversidade de grupos. Relatam encontros com esses indígenas, reconhecem-se como netos e filhos de “caboclos” que viviam escondidos nas matas das serras (Santos, 2019). Chama a nossa atenção ainda as memórias daqueles que cresceram nos arredores das lagoas, que viram e ajudaram seus pais derrubarem roças para plantarem feijão e milho nos carreiros abertos no meio da caatinga, que mencionam sobre lugares encantados em que "eles [índios] jogavam pedra, mas ninguém os viam"[14]. Em algumas narrativas, de modo similar as urnas, os indígenas

[13] Termo utilizado para se referir popularmente as populações indígenas da região. Informação registrada na entrevista com Sr. José Hilário de Sousa, realizada em São Braz do Piauí em 2019.
[14] Baseado na entrevista com Sr. José Hilário de Sousa, realizada em São Braz do Piauí em 2019.

marcavam a sua presença na ausência, atuando de forma silenciosa e invisível; aparecendo e desaparecendo subitamente, feito magia.

Por outro lado, os vestígios encontrados no Sítio São Braz despertam outras questões importantes para a comunidade sanbrazense. Não menos importante que as conexões com uma presença indígena mais recente, é fato desses bens comporem os cenários da vida cotidiana dos moradores da comunidade. A materialidade é objetificada por diferentes categorias sociais: do objeto afetivo ao "tesouro dos arqueólogos e arqueólogas"; da memória dos parentes que "eram índios" ao patrimônio oficializado nos museus; do "pote" que atrapalha a obra no quintal à falta de políticas públicas municipais que oriente a população nos achados desses materiais.

Com nossas experiências, percebemos que ignorar essas intepretações pode ocasionar na produção de discursos preservacionistas deslocados da realidade local, marcados por violência epistêmica e restrito a um público: o acadêmico. Não se trata aqui de defender ou fazer apologia a práticas consideradas legalmente subversivas no tocante ao manejo do patrimônio arqueológico, mas observar que qualquer iniciativa de preservação patrimonial deve considerar a inserção dos artefatos em contextos dinâmicos da contemporaneidade, deixando de ser impositiva para ser construída colaborativamente. É reconhecer que não existem sentidos fixos e que os objetos que interessam as (os) arqueólogas (os), incorporam uma “estratigrafia de vozes” (Otaviano, 2019), que fomentam diversos tipos de tratamento, quase sempre intermediados pelo prisma da afetividade.

Referências

ASSIS, R. S. 2016. Os Índios do Território Serra da Capivara: História, Memória e Ensino. Dissertação de Mestrado em Ensino de História, Araguaína: UFT.

BALESTRIN, L. 2013. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. N° 11, Brasília, maio – agosto. 89-117.

BENAVIDES, O. H. 2011. Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana. Tradução de Sérgio Almeida Loiola, Maria Lemke e Alecsandro José P. Ratts. Revista Terceiro Incluído: Transdisciplinaridade & Educação Ambiental, Goiânia, vol.1, n°2. 164-194.

BEZERRA, M. 2003. O público e o patrimônio Arqueológico: Reflexões para a arqueologia pública no Brasil. Revista HABITUS, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, jul/dez.

BEZERRA, M. 2017. Teto e afeto. Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. 1a ed. – Belém: PA: GKNoronha. 108p.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CENUC /MMA. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/mapas > . Acesso em 17 de Fev, 2019.

FREITAS, A. R. 2018. Práticas funerárias dos grupos ceramistas do Município de São Braz do Piauí. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

GNECCO, C. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad.Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan.- abr. 2009.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2012. Hacia outra arqueologia: diez propuestas. Instituto de Ciências del Patrimonio (INCIPIT). Revista Complutum, Vol.23 (2): 103-116.

GUIDON, N, FELICE, G, LIMA, C. F. M. 2007.Salvamento arqueológico na área da Adutora do Garrincho. FUMDHAMentos – Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, V.1, n.6, São Raimundo Nonato (PI).

GUIDON, N; BUCO, C. IGNÁCIO E. 2009. Região da Serra da Capivara e Corredor Ecológico. Parceria entre Iphan e Fumdham. FUMDHAMentos – Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, V.1, n.8, São Raimundo Nonato (PI).

HODDER, I. 2003. Archaeological reflexivity and the “local” voice. Anthropological Quarterly, vol. 76, n°1. 55-69.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-braz-do-piaui/historico> (consultado em 04/09/2020).

LIMA, T. A. 2007b. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. IN: Canindé, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. No10, dezembro. pp.11-26.

MACÊDO, G. S. 2019. “Aqui, onde cavar acha pote”: Patrimônio Arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí e seus usos e significados no presente. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

MACÊDO, G. S.; MAGESTE, L. E. C; FERREIRA, C. E.; OTAVIANO, M. 2018. Patrimônio Arqueológico no fio da navalha: o caso do município de São Braz do Piauí. In: IX Reunión de Teoría Arqueológica de América del Sur (TAAS), Ibarra.

MACÊDO, G. S.; MAGESTE, L. E. C.; ASSIS, N. P. D.V. 2018. Cerâmica Arqueológica no Presente: narrativas científicas e saberes tradicionais no município de São Braz do Piauí. In: V Reunião da SAB Nordeste, Cachoeira.

MACÊDO, G. S.; MAGESTE, L. E. C.; FERREIRA, C. E. 2017. Patrimônio Arqueológico em Comunidade: entre Narrativas Científicas e Tradicionais. In: XIX Congresso Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Teresina.

MACÊDO, I. S. 2015. Ocupação Pré-histórica do Município de São Braz do Piauí: Uma análise espacial. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

MAGESTE, L. E. C.; ASSIS; N. P. D.; VIEIRA, B. V. F.; OLIVEIRA, J. P. F.; MENDES, P. M. 2018. Conexões entre Arqueologia Pública e Museologia Social: O Centro Museológico de Experimentação Comunitária do Território Quilombola de Lagoas-Pi. Rev. Arqueologia Pública. Campinas, SP, v. 12, n.2 Dez.

MARANCA, S. 1974. Segundo relatório da segunda missão de estudos no Piauí. Universidade de São Paulo. São Paulo. Ed. Universitária. São Paulo.

MARANCA, S. 1985. Dados preliminares para uma classificação do material cerâmico pré-histórico IN: Revista do Museu Paulista. Universidade de São Paulo. São Paulo. Ed. Universitária. Nova Série – Volume XXX. São Paulo. 235 – 247.

MARANCA, S. 1991. Agricultores Ceramistas da área de São Raimundo Nonato. Anais do I simpósio de pré-história do nordeste brasileiro. Revista CLIO – Série Arqueológica n° 4. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MCGIMSEY, C. 1972. Public archaeology. Seminar Press, New York.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. 2014. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1. Jan.-Abr. 66-80.

MIGNOLO, W. D. 2008. A opção de-colonial: deprendimento e abertura. Um manifesto e um caso. Tabula Rasa, n. 8, pp.243-282.

OLIVEIRA, A. S. N. 2007. O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife.

OLIVEIRA, C A. 2003. Os cerâmistas pré-históricos do Sudeste do Piauí-Brasil: Estilos e Tecnicas. FUMDHAMentos – Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, V.1, n.3, São Raimundo Nonato (PI). 57-128.

OLIVEIRA, C. 2000. Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica do Sudeste do Piauí – Brasil. Tese de doutorado em Arqueologia. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, C. A; CASTRO, V. 1997. Sítio São Braz-Piauí. Relatório de escavações. Fundação Museu do Homem Americano/Universidade Federal de Pernambuco – Núcleo de Estudos Arqueológicos-NEA.

OLIVEIRA, J. S. 2015. Memória E Patrimônio Arqueológico: Vozes Sertanejas na Área Do Parque Nacional Serra Da Capivara. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI.

OLIVEIRA, T. D. 2010. Urnas funerárias do Parque Nacional Serra da Capivara: Morfologia e Decoração. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

OTAVIANO, M. Z. 2019. Não tem certo, nem errado: Estratigrafia das vozes, significados e apropriações da cultura material na Aldeia da Mina Grande – T.I Kapinawá (PE). Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

RIBEIRO, A. De Sousa. 2013. Entre a Teoria e a Prática: uma discussão sobre Arqueologia Pública através do caso Parque Nacional Serra da Capivara, PI. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

RIBEIRO, D**.** 2017. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento. (Feminismos Plurais). 122.

RICHARDSON. L.; ALMANSA-SÁNCHEZ, J. 2015. Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. World Archaeology, 47:2, 194-211.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. 2008. Etnografia: saberes e práticas. Revista Iluminuras, v.9, n°21, pp.1-22.

ROCHA, T. S. F. 2017. “Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”: As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais. Dissertação de mestrado em Antropologia, área de concentração em Arqueologia, Pelotas: UFPEL.

SANTOS, E. M. 2012. Os Rupestres do Município de São Braz- PI: Identificação do perfil gráfico das pinturas e gravuras. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

SANTOS, P. P. J. 2019. Memórias E Narrativas sobre as Populações Indígenas em São Raimundo Nonato-Pi e Microrregião: Uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

SANTOS. C. F. 2020. História Oral e Cultura Material: O Engenho de Cana-de-açúcar do Sr. Abílio Ferreira no município de São Braz do Piauí. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

SARLENO, V. M. 2012. Pensar la arqueologia desde el sur. Complutum. Vol 23, Nº2. 191-203.

SILVA, F. 2015a. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I Koatinemo. Revista de Antropologia. São Paulo, v.58:143-172.

SMITH, L. & WATERTON, E. 2009. Heritage, Communities and Archaeology. Gerald Duckworth and Co., London, 11-40.

SOARES, A. M. A**.** 2010. Pinturas rupestres do município de São Braz do Piauí: padrão de reconhecimento e temática dominante. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

SOUSA, J. S. 2019. Os Lugares de Memória de São Braz do Piauí: Lembranças e narrativas sobre a história e o patrimônio local. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

TIRADO, G. P. 2009.Violencia Epistémica Y Descolonización del Conocimiento. Sociocriticism - Vol. XXIV, 1 e 2.

VIEIRA J., L. B. M. JUNIOR. 2014. Análise dos restos faunísticos do Sítio Toca Da Roça Do Dalton II: Contribuição para a zooarqueologia da região de São Brás do Piauí - PI. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara.

VIEIRA, B.V. de F. 2017. Era no tempo do Coronel... “Eu não concordo muito com isso não!”: Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Vitor”, Piauí. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras- SE.